



**VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VII SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
VI CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

**Fundamentos do Serviço Social:
formação profissional do/a assistente social**

**Universidade ou fábrica de conhecimento? Considerações
sobre produtivismo, formação e trabalho profissional do Serviço
Social**

Maurício Caetano M Soares ¹
Raissa Monteiro S V da Silva²

Resumo:

As transformações societárias que inauguraram o século XXI aportadas no desenvolvimento da tecnologia e reestruturação do capital trouxeram avanços e desafios fundados no gerencialismo, estabelecendo um produtivismo acadêmico. Esse, reconfigura o processo de conhecimento nas universidades, introduzindo formatos centrados nos indicadores de quantidade, no desenvolvimento de competências e habilidades tecnológicas, incidindo sobre o controle do conhecimento e do trabalho. Tal entendimento, exige um mergulho em referências nesse debate e o compromisso com os desafios e estratégias na relação tecnologia, Inteligência Artificial e projeto ético-político do Serviço Social, resultando em considerações singulares para a formação e trabalho profissional do Serviço Social.

Palavras-chave: capitalismo; educação superior; tecnologia; produtivismo; Serviço Social.

Abstract:

The changes that ushered in the 21st century, brought about by technological developments and capital restructuring, have led to advances and challenges based on managerialism, establishing academic productivism. This reconfigures the knowledge process in universities, introducing formats focused on quantitative indicators, the development of technological skills and abilities, and emphasizing the control of knowledge and work. This requires a deep dive into references in this debate and a commitment to the challenges and strategies in the relationship between technology, Artificial Intelligence, and the ethical-political project of Social Work, resulting in unique considerations for the training and professional work of Social Work.

Keywords: capitalism; university; technology; productivism; Social Work.

¹ Assistente Social, professor adjunto do curso de Serviço Social da UFRRJ, Doutor em Serviço Social, coordenador do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Meio Ambiente, Assistência Social, Saúde e Serviço Social (Nupemass/UFRRJ, email: mcaetanosoares@ufrj.br.

² Discente do curso de graduação em Serviço Social da UFRRJ, pesquisadora do Nupemass, email: raissavasconcellos@ufrj.br



1. INTRODUÇÃO

Um novo século chegou! Momentos de grandes expectativas e desafios forjados por complexas transformações societárias, resultantes do processo de reestruturação. Designado como estratégias de superação da crise estrutural do capital, que assolou o mundo nos fins do século passado e formatou novos padrões de existência nesse século, generalizando formas de pensamento - que abandonam a razão e se fundam no relativismo (Netto, 2012) - e de ações - que se restringem ao pragmatismo e ao imediatismo com foco no “*aqui e agora*”. Esse contexto estabelece novas regras, ampliando as formas de precarização do trabalho, austeridade do Estado, mundialização da economia, interconexões das culturas, prevalência de interesses particulares e o modelamento de trabalhadores pela tecnologia.

O tão sonhado mundo digital ganha corpo e engendra uma interface de dependência aos códigos tecnológicos de linguagem, que convertem informações em sinais binários capazes de interpretar, transmitir, informar, criar, diagnosticar, reproduzir, armazenar, entre outras ações, que em um pretérito próximo eram habilidades desenvolvidas apenas pelo ser humano. Desse modo, as tecnologias de informação e comunicação (TICs) promovem o “encurtamento” das fronteiras globais, agilizam processos, substituem trabalho humano e solidificam um espaço “comum” a todos. Nele se reúnem diferentes esferas, ideologias, classes sociais, culturas e sociedades, fundando um “novo mundo” de base virtual, tempo imediato e conceitor de padrões de comportamentos econômicos, políticos e sociais, impondo novas regras de sociabilidade entre as pessoas, e entre elas e as máquinas (Chauí, 2003; Harvey, 2009).

Essa dinâmica preponderante no virtual reverbera no mundo concreto do trabalho em novas requisições pessoais, estruturais e profissionais. Isso demanda a construção de estratégias inovadoras capazes de conectar a proposta de organização moderna, que carrega consigo relações de trabalho flexíveis, controladas e subordinadas (Antunes; Filgueiras, 2020), à formação profissional, engajando o trabalhador no mundo do capital cognitivo, onde conhecimento e tempo estabelecem as regras de excelência.

O “admirável mundo novo” firmado na tecnologia rompe os limites entre o público e o privado, capturando corpo, mente e os sentimentos do trabalhador, alvejando em profundidade a sua saúde (Gaulejac, 2007). Uma realidade composta por valores como proatividade, flexibilização, competição e polivalência mistificados no processo de intensificação do trabalho e de colonização da vida pessoal do trabalhador, de modo que ele não se enxerga mais como sujeito social e histórico, sendo reduzido à dinamicidade das requisições do mundo do capital. Aqui, ainda é embutida a cultura do sofrimento e a normalização de rotina exaustiva de produtividade como mérito do sujeito. A capacidade de cumprir metas e a habilidade flexível de produção definem o caráter de utilidade do trabalhador para a instituição, garantindo-lhe mais um dia empregado.

Tal realidade também é imposta aos centros de formação, com destaque para as universidades. De um lado, o/a docente como trabalhador/a, que precisa se submeter a essa



nova dinâmica de trabalho. Enquanto, de outro lado, o/a docente como agente de formação profissional, cuja responsabilidade é formatar o conhecimento em modelos instantâneos de ações, que podem ser convertidos em mercadorias de obsolescência programada. Tudo isso, em um contexto de precarização do Ensino Superior, que impõe a manutenção de universidade autossustentável, cujos recursos são disputados de forma meritocrática, agudizando vínculos de competitividade, subordinando docentes e discentes à dinâmica exacerbada de produção científica e extensionista acadêmica. A racionalidade produtivista se apresenta como a grande esfinge esculpida de forma sorrateira, propalando a meritocracia dos resultados, coroando de louros o sofrimento psíquico e valorizando o modo superficial de pensar a realidade, fundado em sua imediatividade de respostas.

Partindo desses pressupostos, nas linhas a seguir, pretende-se promover uma reflexão sobre as relações impostas de produtivismo acadêmico e os seus rebatimentos na formação e no trabalho profissional de assistentes sociais no Brasil. Trata-se de uma proposta que vislumbra o debate da política de Educação Superior e suas interfaces com o mundo do trabalho, evidenciando as TICs como instrumentos e estratégias tanto de adequação como de superação dessa realidade.

2. A RECONFIGURAÇÃO DO “NOVO MUNDO”

Os anos 1970 foi marcado pelo ápice da estagnação do ciclo evolutivo do capital, forjado no pacto fordista-keynesiano, que no decorrer dos seus “30 anos gloriosos” demonstrou progressiva prosperidade em detrimento a realidade socialista. Na competição “fria” entre Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialista Soviéticas (URSS), o mundo conhecia o “*american way of life*” como único e verdadeiro modo “ideal” de viver a vida. Todavia, o sonho dourado propagado pelo império capitalista americano, começa a ratiar frente a falência da acumulação rígida (Harvey, 2009), impulsionada pela ambição de superlucros somadas aos avanços da tecnologia, que incidiu na mundialização.

Em meados da referida década, a grande crise ou crise estrutural do capital (Mészáros, 2012) foi deflagrada, exigindo uma reconfiguração das estratégias de acumulação para a construção de um “novo mundo”, no qual o capital não precisava mais competir ou disputar espaços, nem temer o avanço socialista, possibilitando estabelecer por completo a sua personalidade arbitrária e exploratória. Essa, é mascarada por falácias do empoderamento, da superação e da prosperidade, que em suma sustenta uma competição entre iguais e desmobiliza as lutas coletivas, em especial a da classe trabalhadora.

No lugar da rigidez, a flexibilização assume as rédeas tanto da linha de produção como do trato aos/as trabalhadores/as. A transição do modelo de produção Fordista/Taylorista para o Toyotista institui novo padrão produtivo fundado na flexibilidade da produção e na polivalência do trabalho, promovendo uma reestruturação que inclui cenários ajustáveis de flexibilização e



precarização do trabalho por meio da informalidade, terceirização, desqualificação dos direitos trabalhistas e enfraquecimento da força sindical, dentre outras ofensivas a cidadania. Como desdobramentos, que confirmam o engajamento da gestão pela produtividade, a exigência no cumprimento de metas e o desenvolvimento de habilidades e competências dos/as trabalhadores/as como expressão de desempenho e condicionalidade de sua manutenção no mercado de trabalho. Em outras palavras, esse

“novo” trabalho é apresentado, então, como universalizante e mesmo emancipatório: uma espécie de *putting out* altamente tecnologizado. Desconstrói-se o operário desqualificado, constrói-se – este é o mito – o trabalhador polivalente capaz de decisões e criativo em seu cotidiano. Constrói-se um trabalhador “autônomo”, portador de significados e abole-se o mero repetidor de gestos sem sentido (tipo *Tempos Modernos*). Aqui a ambiguidade é levada ao máximo. Trata-se, é bom que se diga, de uma autonomia “para o Capital” e não para o trabalho. (Dias, 1997, p. 10).

Tais exigências colocam em xeque o rendimento individual e fomentam culturas de violências, como o desrespeito pelas normas de proteção ao trabalho e o assédio moral. Ademais aprisionam o/a trabalhador/a em um ritmo de captura total de seu corpo e de sua mente, evidenciando nele/a um único propósito de vida: o mérito de estar no trabalho. Assim, o “novo mundo” revela que a relação entre capital e trabalho é uma via de mão única, não havendo interdependência entre as classes, mas a indubitável submissão alienada da classe trabalhadora às determinações do processo de acumulação capitalista. A falácia do fim da sociedade do trabalho ascende e consigo traz ao imaginário dos/as trabalhadores/as a vitória do capital, uma concepção de perda do sentido clássico do trabalho, devido a tecnologia, que a tudo substituiu. Com isso o suposto fim da luta de classes, desmobilizando qualquer ação coletiva em prol da defesa dos trabalhadores/as. Esses/as, desmobilizados/as, é igual a exploração acelerada e sem controle.

Outrossim, o sucesso dessas investidas coaduna com o recuo do Estado em sua função protetiva. As ideias neoliberais ganharam fôlego como parte das estratégias de superação da crise estrutural, consolidando uma contrarreforma do Estado (Behring, 2008) constatada no desfinanciamento das políticas sociais, no recondicionamento do fundo público, na austeridade fiscal, no apelo a solidariedade da sociedade, no coroamento do “deus-mercado”, na culpabilização dos sujeitos e nas múltiplas reformas (administrativa, fiscal, previdenciária, tributária, ...). Segundo Santos (2007, p. 20),

os ajustes neoliberais, além de intervirem na reprodução dos pressupostos históricos de dominação, aumentam substantivamente a liberdade do capital: liberdade de movimento para o capital financeiro, para a desregulamentação das economias e dos direitos dos trabalhadores, entre outras. Assim o Estado é “reformado” para que possa continuar funcional às necessidades da nova fase de “acumulação flexível”.

Esse cenário se torna palco para o nascimento de um novo sujeito (Dardot; Laval, 2017), concebido do ventre do individualismo, amamentado pelo darwinismo social e educado na cartilha do relativismo pós-moderno. Um sujeito gerado para competir, vencer e ser eficiente, sem se importar com às custas desse processo, transforma-se no soldado padrão do sistema. Não no sentido de ser combatente, mas no de cumprir os designios sem contestação, logo submisso aos mecanismos de controle ideológico, econômico, político e social, dos quais ele



assume o papel de agressor e vítima, ou seja, causa e consequência dos desgastes físicos, mentais e emocionais, que o acomete e acomete os seus. Desse modo, qualquer investida do capital sobre o sujeito é compreendida como culpa dele, desconsiderando qualquer movimento dialético da realidade. O que se torna terreno fértil para o espraio do neoconservadorismo, consequentemente, uma retração do entendimento de questão social ao comportamento humano.

Para Netto (1996), no nível social, o “novo mundo”, resulta das alterações na estrutura de classes, vinculadas às profundas modificações no perfil demográfico das populações; à expansão urbana, ao crescimento das atividades de serviços, à fusão da educação formal e aos novos circuitos de comunicação social, rebatendo na estrutura da família e convulsionando os padrões de socialidade. Os sujeitos vivenciam a cultura do consumo como um jogo personalizado de bens e serviços, que favorece o hedonismo em sua filosofia portátil, viabilizada pelo aparato tecnológico. Esse ao passo que expressa, estimula e possibilita, a paixão do sujeito por si mesmo, a glamurização da sua autoimagem pelo cuidado com a aparência e a informação pessoal na construção de um narcisismo militante, que funda um tipo de neo-individualismo decorado pelo narcisismo (Santos, 1987). Em suma, um tipo de sociabilidade centrada no sujeito e para o sujeito que cortina a lógica de exploração exacerbada disfarçada de mérito do indivíduo dentro da estrutura social. Tal realidade escancara uma nova forma de pensar a sociedade, pautada na Racionalidade Neoliberal. Essa configuração da sociedade favorece a lógica da individualização e fomenta a culpabilização do sujeito, corroborando para a perda da dimensão da qualidade e contribuindo cada vez mais para o sofrimento do sujeito, em especial, na sua condição de trabalhador.

Se houve mudanças estruturais, que impactaram e enovaram as dinâmicas do Estado, da economia, da produção e da sociedade, de certo, a universidade não estaria à margem desse processo. Ao contrário é compelida abruptamente a se adequar tanto por sua condição de mecanismo da política social como de centro formador para o mundo do trabalho e ainda, como espaço onde possuem trabalhadores, que em tempos de avanço do neoconservadorismo precisam ser freados em suas reflexões revolucionárias.

Para Soares (2025), a política de Educação Superior se tornou alvo de mudanças e versatilidade para sua adequação ao “novo mundo”. Entre elas observa-se a ampliação do ensino privado com fomento do Estado em detrimento do sucateamento da universidade pública; a legitimação e o exitoso crescimento da Educação à Distância (EAD); o alinhamento brasileiro as propostas do Protocolo de Bolonha; o desfinanciamento da política de Educação Superior; a ampliação do acesso à universidade pública sem tocar em sua infraestrutura, ocasionando sobrecarga de trabalhadores, competição entre os discentes por recursos para permanência e disputas pela comunidade acadêmica por espaço físico para estudos, aulas e pesquisas; a mercantilização da pesquisa; a curricularização da extensão; a abertura para cobrança de taxas em cursos de pós-graduações e/ou livres promovidos pela universidade pública; a expansão de cursos compactos de pós-graduação lato sensu; a



introdução de pós-graduação *stricto sensu* na modalidade profissionalizante; o aumento do subsídio do Estado no financiamento do acesso ao Ensino Superior privado; a padronização de tipo, formas e objetos de pesquisas entre outras características, que estão transformando as Instituições de Ensino Superior (IES) em um complexo industrial de produção fordista pragmático de trabalhadores. Isso reflete na perda salutar da qualidade do Ensino Superior no Brasil, com destaque ao público, e transforma a universidade no espaço designado de conhecimento e formação para evolução do mercado, evidenciando o real desprezo por sua função emancipatória na educação.

Não obstante, a universidade é um espaço de (re)construção, desenvolvimento e divulgação de conhecimento e, em tempos de valorização do *“aqui e agora”*, ela, simultaneamente se torna uma barreira para a expansão tecnológica da informação, devido ao seu caráter de legitimação científica; e se constitui como protagonista na viabilização da informação, por ser a base do desenvolvimento do conhecimento tecnológico. Em outras palavras, a universidade é o centro do conhecimento, por isso precisa ser reconfigurada nos padrões mercadológicos do capitalismo cognitivo se tornando um mecanismo de acumulação ao invés de revolução.

3. O CAPITALISMO ACADÊMICO: A ENGRENAGEM DA FÁBRICA

O “novo mundo” nasce nos anos 1990 e no decorrer das décadas seguintes cresceu e alcançou a sua maturidade no Brasil. Atualmente, a nova geração não consegue vislumbrar um Brasil diferente do modelo vigente e emplaca discursos de inoperância do Sistema Único de Saúde (SUS), falência das leis trabalhistas (CLT) e ineficiência da máquina pública. Nesse mesmo período, foi estabelecido o modelo de produção científica pautado nas diretrizes da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES). Nelas, a Capes define um padrão de avaliação forjado na competitividade e na produção, valorizando a dimensão da quantidade em detrimento da qualidade.

Uma forja do gerencialismo, cuja produção em massa se combina a intensidade e polivalência, endossando o ritmo insano e a sobrecarga de trabalho em nome da eficiência para o mercado, reconhecida como capacidade de resiliência do sujeito (Vieira, Castaman; Jungues Júnior, 2021). Nesse viés, identificamos a conversão da centralidade da produção acadêmica na qualidade e diversidade do conhecimento na priorização e formação de indicadores quantitativos, que delimitam o conhecimento, fundando um tipo de produtivismo acadêmico. Esse, mensura a eficiência e a importância do pesquisador e de seu trabalho pelo quantitativo e engajamento de suas publicações.

Lógica notória do capitalismo acadêmico¹, explícito no conjunto exacerbado de

¹ Abordagem proposta por Slaughter e Leslie (1997) para intitular o mercado influenciando e incentivando a academia, ou seja, organizações nacionais como banco mundial estimulando maior produtividade por um menor custo. Um projeto que engloba as universidades no engajamento pró-mercado, adequando-a ao regime neoliberal e políticas



produção acadêmica exigida para acesso a fomentos no século XXI. Condição que não somente regula o acesso ao financiamento, pelo pesquisador, mas caracteriza o desempenho da universidade, definindo padrões de mérito para a destinação dos recursos públicos sejam para pesquisa, extensão, ensino ou infraestrutura. Ademais, essa produção precisa estar alinhada aos propósitos do órgão financiador, ou seja, existe uma predefinição no que se quer investir em pesquisa e extensão.

As principais agências de fomento (CNPq, CAPES, Finep e FAPs estaduais) estão com as suas propostas vinculadas à Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) com foco em desenvolvimento sustentável, soberania tecnológica e impacto social, evidenciando uma prioridade na produção de tecnologias e de estratégias de controle social, político e ideológico, tendo as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) como principais mecanismos de aplicação.

Dado o rito e o ritmo, a competição entre trabalhadores (professores, pesquisadores), entre estudantes e entre trabalhadores e estudantes é notadamente uma consequência do mar revolto em que a universidade submerge. Algumas formas de disseminar a produção é por meio de programas de pós-graduação, iniciação científica e/ou tecnológica, trabalhos de conclusão de curso de graduação ou pelo estímulo e exercício adjunto à docência, cujos resultados precisa ser um conjunto em massa de publicação de livros, artigos em periódicos e trabalhos em anais de eventos científicos, transformando o conhecimento em mercadoria atrelada à lógica da acumulação capitalista (Vieira, Castaman; Jungues Júnior, 2021). Cabe ressaltar que as publicações em livros e periódicos, que outrora eram expressões de reconhecimento do cunho científico, hoje se tornaram, não em sua totalidade, veículos de escoamento das múltiplas e necessárias produções acadêmicas, se constituindo um nicho lucrativo de mercado. Desse modo, a performance acadêmica se transforma em produto a ser vendido para os programas de pós-graduação, de bolsas de pesquisa e/ou de extensão e para o mercado de projetos, destacando a viabilidade da capacidade produtiva em prol da estrutura. Uma das manifestações mais notórias das investidas neoliberais.

A descentralização da responsabilidade estimula uma série de programas de voluntariado, que alistam discentes para realização de pesquisas e/ou atividades extensionistas, dadas como rótulo de oportunidades ao desenvolvimento acadêmico. Não havendo oportunidades com financiamento, resta a esses/as discentes a subordinação a rotina perversa de produção, muitas vezes articulada a carga horária de ensino e de trabalho. Ou seja, a tão exigida produção acadêmica implica, para muitos estudantes, em suportar uma terceira jornada de produção cotidiana. Todavia, tais especificidades são ignoradas pelo discurso “que oportunidade há, o sujeito que não aproveita!”. O Estado se isenta de responsabilidade, designando ao sujeito uma “culpa” por sua incapacidade de interação aos moldes neoliberais vigente. Notoriamente, uma desvinculação do entendimento de questão



social a partir de um referencial crítico, dialético e histórico para a sua total conexão ao pensamento linear, ahistórico e apolítico centrado no sujeito.

A privatização é incorporada na versão parceria público-privado. O Decreto nº 9.283/2018, regulamenta o novo marco legal da ciência e tecnologia e inovação, favorecendo a parceria público-privado, que simplifica a prestação de contas, cria regras para o licenciamento e cessão de direitos de propriedade intelectual (pesquisas em laboratórios públicos financiados por empresa privada, produto de patente privada) e flexibiliza as regras de atuação dos pesquisadores (transforma pesquisadores em empreendedores) (Brasil, 2018). A referida parceria, ou cooperação entre instituições científicas e tecnológica e o setor produtivo, cria e disponibiliza recursos e incentivos fiscais como mecanismos usados para atrair investimentos, estimular a inovação e reduzir as desigualdades regionais. De certo, essas parcerias comungam com os propósitos da descentralização, desencadeando não somente nos/as discentes, mas nos/as docentes, a corrida em busca de financiamento de pesquisas e/ou de extensão, que são remodeladas em seus objetivos e metas, nos propósitos do vínculo financiador.

O conhecimento delimitado pelo mercado de fomento, define quais e que tipo de informação pode ser divulgada, o quanto ela vale, quem pode ter acesso e como ela se torna estratégia de controle. São os ditames do mercado reconfigurando o centro de produção do conhecimento, e com o seu controle, manipula a alienação, vendida como emancipação e autonomia nas mídias sociais como Instagram, Tik Tok, X (antigo Twiter), entre outras. Cabe ressaltar que essas informações são repassadas como “verdades” não contextualizadas, em geral, apresentada em vídeos curtos. São informações imediatas, produzidas por influencers, que são criadores de conteúdos, e “serviçais” do capitalismo cognitivo. Eles utilizam as redes sociais para engajamento, mantendo uma audiência fidelizada, moldando opiniões, comportamentos, decisões de compra, e são colocados como essenciais no marketing. A “verdade” ganha autenticidade por meio do número de curtidas e compartilhamentos e não mais nos referenciais de extração epistêmica. Diante disso, emerge um questionamento, por que tanta exigência sobre a produção acadêmica?

A academia é um centro de conhecimento que precisa ser controlado. Paulo Freire já defendia a tese da transformação social pelo viés da educação. Sendo ela, o principal mecanismo de perspectiva de ascensão das classes mais abastardas, o seu controle pelo capital retira categoricamente as possibilidades de “legitimar o conflito entra as forças hegemônicas fundamentais e rivais, em uma dada ordem social, como alternativas viáveis entre si, quer no campo da produção material, que no âmbito cultural/educacional” (Mészáros, 2008, p. 26).

Outro indicador do gerencialismo da produtividade acadêmica é o Currículo Lattes², um

² A Plataforma Lattes constitui um sistema nacional de informação científica responsável pela sistematização, padronização e divulgação dos currículos acadêmicos de pesquisadores, docentes e discentes, configurando-se como instrumento estratégico para a avaliação, o fomento e a consolidação da produção de conhecimento científico no Brasil. (AMORIN, 2003). O ORCID (Open Researcher and Contributor ID) é uma plataforma internacional muito consultas, assim como o LinkedIn - plataforma profisisonal internacional focada em networking, oportunidades de carreira e negócio.



verdadeiro instrumento de avaliação de desempenho e mérito do/a pesquisador/a. Ele expõe de maneira indireta a relevância em publicações de trabalhos científicos para além da qualidade, ou seja, a quantidade estampada no currículo é como uma prateleira de mérito e excelência para quem quiser observar. Essa corrida por resultados e publicações rememoram a lógica industrial no desempenho de suas funções, carecendo alcançar metas ou contemplando diante de seus olhos, o “suicídio acadêmico”, maneira trágica em dizer que o seu fim dentro da academia, chegou, uma vez que não consegue ser produtivo.

Todo esse arcabouço gesta o nascimento de uma nova geração de produção, o pesquisador vinculado à Instituição Pública que se adapta as engrenagens do capital para sua existência na academia. Essa grande artimanha possibilita de forma escancarada a mercantilização do conhecimento, onde estudar, pensar e escrever passa a ser visto como um produto de colaboração para o status *quo*. Segundo Zandoná, Cabral; Sulzbach (2014), o produtivismo acadêmico nada mais é do que o mercado regulando não apenas as relações sociais, mas a política de educação superior com respaldo da estrutura produtivista que a CAPES vem fomentando ao longo dos anos. A qualidade não importa mais, agora é a quantidade que estabelece a sua carreira.

Ser produtivo – em massa – no trabalho da docência (professor/pesquisador) ou ao longo da graduação (discente), proporciona *networking*. Um tipo de ferramenta estratégica de construção de “pontes” para oportunidades profissionais, colaborações acadêmicas e troca de conhecimento, ampliando a visibilidade dos trabalhos acadêmicos, atualizando inovações, possibilitando acesso a recursos e gerando o “up” da carreira. Assim, não basta apenas publicar tem de fazer a divulgação dessas publicações estarem presentes nos congressos, seminários e outras atividades que possibilitem o engajamento. É preciso investir em marketing, em rede sociais, fazer “lobby”, o mercado exige um novo perfil de trabalhador e também de professor, consequentemente de estudante. A engrenagem está dada, mas o seu funcionamento depende da dedicação única do sujeito para se oportunizar nela e, assim, ganhar os louros da academia. Recursos e o sucesso são consequências de uma vida conectada com as transformações para o futuro.

Um belo discurso, sem dúvida, porém ele mistifica qualquer realidade que se manifesta nas universidades, principalmente as públicas, cujo contexto da comunidade acadêmica é assolado e constituído por inúmeras determinações sociais, em que o sucesso, por vezes, se encontra em conseguir sobreviver mais um dia na dura realidade desigual brasileira. O *networking* não é possível a todos, por isso é uma ferramenta de seleção, definindo quem terá ou não acesso a determinados recursos. Funda-se, portanto, a condição de refém de docentes e discentes ao produtivismo e aos novos modelos do mercado acadêmico. A universidade se torna uma fábrica de produção por excelência do conhecimento, transformando a produção em um peso para a existência e uma armadilha acadêmica.

Nessa perspectiva, o produtivismo se torna uma lógica social e institucional, tida como estratégia, que define valor para docentes e discentes ao passo que representa a excelência



de conhecimento da universidade. Aqui se estabelece a seleção pela quantidade, o desempenho por resultados, a intensificação pela capacidade de produtiva e na naturalização da pressão, cooptando a vida de pesquisadores/professores e estudantes, que por conseguinte secundarizam os processos formativos e a vida social e afetiva.

Para além, há os rebatimentos no sujeito que se torna um refém de sua própria condição de saúde pelo peso da produção teórica. Observa-se uma gigantesca massa de docentes do ensino superior adoecendo de forma indireta por conta da produtividade exigida pela universidade, acarretando principalmente na fragilização da saúde física e mental com episódios excessivos de ansiedade pelo resultado e aumento no consumo de ansiolíticos e antidepressivos. Um ponto muito relevante e pouco observado é o crescimento nos casos de síndrome de burnout e assédio moral, desenhando um perfil de pesquisador aflito, ansioso, dependente de medicamentos, interferindo diretamente na sua função principal, que é o ensino (Zandoná; Cabral; Sulzbach, 2014). Tal realidade confirma o nascimento do profissional-pesquisador, que neutraliza seu compromisso com a qualidade na pesquisa para compatibilizar seu tempo e conhecimento ao produtivismo.

Diante de tanta pressão, a Inteligência Artificial (IA) tem sido incorporado no cotidiano do produtivismo acadêmico. Costa Júnior *et al* (2023) destacam a IA como instrumento necessário no processo de mundialização que impacta em diversos setores, principalmente a educação superior, com a aplicação recorrente por estudantes, devido a necessidade de compreensão de tempo e valorização do imediato. Ler um livro é quase um sacrilégio, quando se tem um aplicativo que faz isso e para além resume e responde aos questionamentos enunciados. Parar para pensar na construção acadêmica é uma cultura que ao passar dos anos tem se tornado obsoleta e essa obsolescência cada vez mais naturalizada.

Não se quer aqui retirar os benefícios da tecnologia, pois a Inteligência Artificial (IA) apoia as demandas e auxilia os desdobramentos acadêmicos nos últimos tempos. O perigo assinalado é a alocação da tecnologia como um sistema de inteligência máxima, que comumente consultada por estudantes e pesquisadores, de forma exarcebada, se torne um viés único de conhecimento e de verdade, destituindo o valor da episteme e estipulando padrões e tipo de conhecimentos. Não se pode acolher a tecnologia como “bote salva vidas”, mas sim como remo que auxilia a conduzir o barco para não afundar.

De acordo com Guerra; Carrara; Martins (2022), a IA ganha espaço como estratégia de superação da crise sanitária e social produzida pela pandemia de Covid-19, que exigiu e possibilitou a expansão e intensificação da era tecnológica, notadamente no mundo da educação. O reinventar da sociedade capitalista, a fim de conservar e aumentar a sua produção e o mercado, investiu pesado na tecnologização da sociedade, isto é, com o sujeito inapto ao trabalho fora de casa, os mecanismos de controle passaram a estar dentro de casa, direto em suas mãos. Antunes e Figueiras (2020) afirmam o experimento da quarta revolução industrial intitulada Indústria 4.0, marcada pela intensa integração entre tecnologias digitais, processos produtivos e trabalho humano. Nesta nova indústria a IA é o elemento central.



4. FORMAÇÃO E TRABALHO PROFISSIONAL: COMPROMISSO X PRODUTO

Os múltiplos elementos e campos em transformação impulsionados pelo capitalismo e catalisados pela era digital estabelecem um “novo mundo” para o século XXI, em que Estado, mercado e sociedade precisam construir conexões virtuais e concretas para a sua manutenção e existência. Essas conexões atingem o processo de formação dos sujeitos como parte integrante da sociabilidade cultural, produtiva, democrática e científica. Nas IES, tais conexões se traduzem em requisições específicas, que devem ser repondidas tanto pela mão de obra especializada como pela formadoras de mão de obra profissional e científica.

No tocante a formação do Serviço Social, observa-se que o conjunto de novas requisições de “adaptabilidade” emergem no contexto de consolidação das propostas reconceituadora da profissão, que alcançaram na década de 1990 a definição e legitimação de instrumentais, propositores de uma estrutura ético política comprometida com a emancipação e justiça social. Dentro de uma perspectiva crítica, o corpo profissisonal, paulatinamente, constrói uma projeção de sociedade vinculada aos valores de liberdade e democracia, evidenciando o processo histórico de controle e exploração dos/as trabalhadores/as, cuja forma de superação é a construção de consciência e luta coletiva.

Os propósitos profissinais se colocam no palco de encenação mais perversa do capital, alocando tanto na formação como no trabalho profissional profícuos desafios, que se engendram como limites para o compromisso em que a profissão se dedica. Nesse palco, a formação, as políticas sociais e os serviços persuadiram um novo padrão de trabalho baseado no gerencialismo, no pragmático e na plataformização, viabilizando o esparaiamento de práticas engessadas, robotizadas, reprodutoras de uma lógica de trabalho profissional típicas das protoformas do Serviço Social, quando o profissisonal era apenas um mero executor das política sociais (Soares, 2025). Sendo assim, se faz indiscutível refletir de forma intrínseca sobre a formação na atualidade e o trabalho profissional vinculado ao projeto ético político da profissão.

No âmbito da formação de profissionais, temos em sua vertéx a universidade, espaço de fomento de conhecimento e gama de experiência (Soares; Silva; Silva, 2025). A transição do Serviço Social conservador para o renovado ocorreu transversalmente dentro da academia, primeiro com os intelectuais em seu ápice, produzindo estudos e trabalhos que mais tarde fundamentou o trabalho profissisonal critico. Entretanto, a potencialidade do Neoliberalismo – modelo organizacional que visa a livre circulação do mercado, a privatização de serviços estatais, menor custo da mão de obra do sujeito, competição pelo mérito e individualidade – se expressa através de pequenos aparelhos ideológicos e de comunicação que impacta rigorosamente a formação e condição de assistentes sociais no Brasil.

Com relação ao exercício profissional de assistente sociais – excepcionalmente *na ponta* – são guiados e afetados pelos princípios *não-éticos* do capital e suas artimanhas, sobretudo na flexibilização com o avanço da globalização, tecnologização do trabalho e



protocolos de servidão da nova estrutura de produção atual. O sujeito, portanto, se mantém prisioneiro da nova ordem mundial de acumulação, enxergando um “*novo mundo*” que se mascara com oportunidades e ideias, porém, traz sob sua incumbência a inibição de sua autonomia enquanto sujeito de direitos. Contudo, o trabalho profissional do/a assistente social está relacionado às suas múltiplas expressões da Questão Social (Iamamoto; Carvalho, 2008), exercício esse, que se denomina interventivo, de teor crítico e ético-político sob a realidade social na esfera capitalista, por isso, o impacto na atuação é extremo por lidar pontualmente com fragilidades sociais tendo o Estado como seu maior empregador.

Como resultado, temos uma sociedade marcada pelo imediatismo do trabalho, ou seja, o capital com suas mãos microscópicas e armadilha digital pressiona a categoria de assistente sociais ao distanciamento da verdadeira bandeira de luta do projeto ético-político profissional, enovando com ideias neoconservadoras e chantagens quanto a entrada e permanência no mercado de trabalho. E os apartados tecnológicos não estão distanciados dessa realidade. As novas requisições impõem modalidades de trabalho profissional, que sem vigilância, se tornam fraturas éticas e de reprodução de violência institucional/estatal contra a cidadania dos sujeito. Outro destaque se refere as novas ferramentas ou instrumentais implementadas com suporte tecnológicos que compartilham informações sigilosas em sistemas, dos quais o profissional não tem controle de quem acessa. Ademais, essas ferramentas padronizam o trabalho profissional determinando o que se perguntar e o que se fazer com a resposta.

O uso da IA como ferramenta para a construção de relatórios, pareceres e outras documentações específicas do/a assistente social infere sobre a especialização do trabalho profissional, uma vez que a Lei 8.662/93 define como atribuição privativa do profissional. Ou seja, compreende-se que a formação o prepara para identificar as necessidades sociais e atribuir a elas parâmetros de respostas e assim subsidiar outros profissionais em suas ações pautadas no compromisso com a justiça social. A preocupação aqui é se a tecnologia for utilizada como fim e não como meio a formação profissional tende a se constituir como tecnólogo em um futuro breve. Talvez pareça uma visão pessimista, mas se essa bandeira não for levantada não é possível refletir sobre tal realidade.

Todavia, a Inteligência Artificial é um conjunto de algoritmos padronizados para atender uma necessidade humana em tempos de capitalismo cognitivo e sociedade flexibilizada (Costa Júnior *et al*, 2023), baseada na automação robótica e avançada. A saber, a flexibilização atual do trabalho, o avanço da uberização, precarização da mão de obra qualificada e a intensificação da cobrança por desempenho estão em crescimento contínuo ampliando de forma latente a exploração e alienação do indivíduo. O avanço da estrutura neoliberal e da tecnologização do mundo afetam propriamente as estruturas do exercício profissional do/a assistente social, que busca solucionar de maneira imediata as pendências e exigências do mundo produtivo. Pode-se reiterar que a tecnologia – se utilizada de forma adequada – é capaz de fortalecer a instrumentalidade da categoria através de mecanismos técnico-operativos vinculado ao projeto



ético-político da profissão, transformando com intencionalidade a realidade social.

Neste sentido, ao dialogar sobre as TICs, também podemos adiantar que elas são no tempo atual ferramentas necessárias no percurso do produtivismo, impactando de forma positiva e negativa no contexto acadêmico. A Inteligência Artificial se assemelha a redes neurais (RN) humanas no processo de aprendizagem com dados inseridos, ela utiliza de mecanismos Machine Learning que são algoritmos que reconhecem padrões, ou seja, a IA pode aprender por meio de dados e todas essas informações podem personalizar o ensino e a aprendizagem. Os algoritmos produzem dados históricos e modelos estatísticos capazes até mesmo de prever o futuro (Júnior *et al*, 2023), com isso, é possível afirmar que a IA aprende cada vez que é alimentada com informações do cotidiano e isso pode ser tanto vantajoso como prejudicial.

Vantajoso porque como um sistema inteligente de aprendizado, ela pode automatizar as tarefas principalmente no trabalho docente que existe uma excessiva carga de horas, isto é, ela auxilia e colabora para agilizar as demandas, porém, se torna prejudicial justamente por ser um novo método de utilização exacerbada, principalmente para discentes. A falta de ética e a dependência tecnológica são os principais elementos que podem transformar a IA em uma vilã no exercício profissional, primeiro porque a inserção de dados de um usuário dentro de um sistema de Inteligência Artificial para análise ou criação de um relatório pode ser quebra de sigilo, já que os algoritmos são alimentados e aprendem a cada vez que são fruídos. Essa *quebra de sigilo* pode prejudicar tanto o profissional como o usuário com seus dados introduzidos dentro do sistema de inteligência, ou seja, caso aconteça alguma invasão virtual, os dados podem ser expostos para qualquer pessoa que tiver acesso à internet. A dependência tecnológica por sua vez traz a ideia de que em caso de falha tecnológica, o profissional ficaria a par de como manter seu trabalho de forma contínua, já que a IA exauriu toda a sua forma de pensar e agir sob a realidade social, transcendendo o verdadeiro sentido da profissão.

Desse modo, o perfil de pesquisador em trajetória formativa utiliza a Inteligência Artificial como seu eixo central de instrumentalização na pesquisa, reconfigurando aos poucos seu *modus operandis* no fazer profissional. Assim, o acadêmico articula a IA para suprir a exigência do momento a fim de dispor tempo para produzir em maior quantidade, preenchendo cada vez mais seu currículo e sua experiência, em vez de priorizar a qualidade do estudo. Todavia, toda essa relação está atrelada ao capitalismo cognitivo que é baseado através da economia política onde o trabalho intelectual e a criatividade humana são os principais recursos de valor, por isso, o uso cada vez mais intensificado da IA na educação superior é uma estratégia do capitalismo cognitivo em formar profissionais sem capacidade de intervir sob a realidade social de forma crítica e política, considerando que um sistema de inteligência pode fazer isso de forma rápida e eficaz.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações apontadas no texto nos remete a processos que ainda precisam ser



melhor qualificados e estudos, entretanto isso não retira deles materialidade como objeto de pesquisa. Ele nos desperta para um extenso debate acerca do produtivismo acadêmico subjacente a estrutura da universidade, somado ao uso da Tic's e os rebatimentos dessa expertise também no trabalho profissional. As novas exigências do mundo produtivo impõem aos centros de formação profissional, junto ao processo de reconfiguração do Ensino Superior, determinações de eficiência, volume e mérito em suas escolhas.

As ferramentas tecnológicas devem ser operacionalizadas como meio e não como fim das atividades de ensino, pesquisa e trabalho. O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) legitima a necessidade da categoria em defender diretamente a ética profissional e a qualidade dos serviços prestados para a população usuária, mas também manifesta a (re)adaptação em suas ferramentas para que a categoria de assistentes sociais possa operar em tempos de controle social e digital exacerbado (Fernandes *et al*, 2024). Nos versos de Soares (2025), sem a compreensão do sentido social que o Serviço Social carrega, ambas as lacunas – profissão e profissional – abrem prerrogativas para o retorno conservador e moral, onde atuar é apenas para os que são escolhidos por alguém do outro lado da porta.

Assim, a universidade se apresenta como espaço de reprodução de crises de ansiedade e angústia pelo futuro, de cobranças, reprodução da lógica industrial e de manifestação de formas verticalizadas e horizontalizadas de assédio. Verticalizadas quando ocorre de forma ascendente, do discente para o docente, ou descendente, do docente para o discente. Comportamentos estimulados pelas competições por fomentos, permanência, desempenho e acesso na universidade. A forma horizontalizada se expressa nas manifestações de assédio e outras violências entre pares, nesse caso entre os discentes. Parte do entendimento que a universidade é um centro de construção e de troca de saberes voltados à formação e aperfeiçoamento de profissionais, por isso, ela ocupa um lugar de grande importância em nossa sociedade (Soares; Silva; Silva, 2025) e é necessário logar cada vez mais esse debate, principalmente em tempos ultraneoliberais que a profissão vem enfrentando.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- AMORIN, CV. **Organização do Currículo** - plataforma Lattes. 2003; 17(Supl 1): 18-22,
- ANTUNES, R; FIGUEIRAS, V. **Plataformas Digitais, Uberização do Trabalho e Regulação no Capitalismo Contemporâneo**. Contracampo, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27-43, abr./jul. 2020.
- BEHRING, ER. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2008.
- BRASIL. **Decreto nº. 9.283**, de 07 de Fevereiro de 2018. Regulamenta a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, e outros dispositivos legais, para estabelecer medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, 8 fev. 2018.
- CHAUÍ, M. Universidade Pública sob Nova Perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 5 – 15, set/out/nov/dez, 2003.
- COSTA JÚNIOR, JF; *et al*. A inteligência Artificial como Ferramenta de Apoio no Ensino Superior. **Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem**. v. 6. p. 246 – 269. 2023.



DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DIAS, EF. **A liberdade (im)possível na ordem do capital: reestruturação produtiva e passivização**. Textos Didáticos. IFCH/Unicamp, Campinas (SP), agosto de 1997.

FERNANDES, AB. *et al.* O Serviço Social e o Uso de Tecnologias de Informação e Comunicação no Exercício Profissional. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**. São Paulo, v.10. n.05. maio/2024.

GAULEJAC, V. **Gestão como Doença Social**: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. São Paulo: Ideias e Letras, 2007.

GUERRA, Y; CARRARA, V; MARTINS, AMC. Ensino e formação virtuais: a nova estratégia do projeto de educação a serviço do capital. **R. Katál.**, Florianópolis, v.25, n. 3, p. 570-584, set.-dez. 2022.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo, Loyola, 2009.

IAMAMOTO, M; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. ed. 24. São Paulo, Cortez: 2008.

MÉSZÁROS, I. **O século XXI**: socialismo ou barbárie? São Paulo: Boitempo, 2012.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

NETTO, JP. A crise do Capital e as Consequências Societárias. **Serviço Social e Sociedade**. Cortez: São Paulo, nº 111, p. 413-429, jul./set. 2012.

SLAUGHTER, S; LESLIE, LL. **Academic Capitalism**: politics, policies, and the entrepreneurial university. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1997.

SANTOS, JF. **O que é pós-moderno?** Editora Brasiliense: São Paulo, 1987. Coleção Primeiros Passos, n. 165.

SANTOS, JS. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007.

SOARES, MCM. Universidade Promotora da Saúde: particularidades, potencialidades e desafios. **TCC de Especialização em Promoção da Saúde**. IFF/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2024.

SOARES, MCM. Entre o Fazer e o Executar: reflexões sobre a formação e o trabalho profissional. In: BARBORA, RNC; ALMEIRA, NLT. **Trabalho e Política Social na Crítica Anticapitalista**. Minas Gerais: Navegando, 2025, p. 281 – 300.

SOARES, MCM; SILVA, KF; SILVA, RMSV. A dimensão socioambiental na extensão universitária: desafios e potencialidades no campo do Serviço Social. **RAIC**, UFRRJ, 2025.

VIERA, JA.; CASTAMAN, AS.; JUNGUES JÚNIOR, ML. Produtivismo Acadêmico: representação da Universidade como espaço de reprodução social. **Avaliação, Campinas**; Sorocaba, SP, v. 26, n. 01, p. 253-269, mar. 2021.

ZANDONÁ, C; CABRAL, FB; SULZBACH, CC. Produtivismo Acadêmico: Prazer e Sofrimento: um estudo bibliográfico. **PERSPECTIVA, Erechim**. v. 38, n.144, p. 121-130, dez. 2014.